

CRISE FISCAL E TRIBUTAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 19.01.1982

A crise econômica brasileira é uma crise distributiva que se reflete em uma crise fiscal e em uma crise financeira. Crise distributiva significa que as expectativas em termos de renda de capitalistas, classes médias tecnoburocráticas e trabalhadores são maiores do que a produção. A partir de 1974 a economia entrou em fase de desaceleração cíclica, devido à super-acumulação de capital ocorrida no período anterior e ao primeiro choque de petróleo. A partir daquele momento os rendimentos deviam reduzir-se relativamente. A inconformidade com essa redução relativa do excedente e conseqüentemente dos lucros, ordenados e salários levou à crise distributiva.

A essa crise distributiva “se revolve” (e se agrava) através da crise fiscal e da crise financeira. Para evitar a redução relativa de seus rendimentos as classes pressionam o Estado que, através da sua política econômica, (a) propicia ao endividamento externo, e (b) aumenta suas despesas e subsídios, entrando em déficit que irá definir a crise fiscal. Este déficit orçamentário do Estado, na medida em que é coberto por endividamento interno, agrava a crise financeira; a alternativa é a emissão da moeda, com efeitos imediatamente inflacionários.

Para enfrentar a crise financeira e a crise fiscal o Estado decide, então, cortar suas próprias despesas e o volume de crédito (e de moeda). Como é mais fácil do ponto de vista político reduzir a quantidade de moeda, esta alternativa foi privilegiada a partir de meados de 1980, ao mesmo tempo em que se aumentava o endividamento interno de forma explosiva. O resultado foi a recessão. Uma recessão gravíssima, na qual estamos ainda imersos, mas que manteve a crise financeira e a crise fiscal intactas, na medida em que não logrou nem longinquamente resolver o desequilíbrio orçamentário.

A alternativa seria de um lado reduzir despesas e os subsídios, e de outro aumentar os impostos. Sobre a redução das despesas do Estado fala-se muito, mas o raio de manobra do Governo é pequeno. O único setor onde se poderiam reduzir gastos de maneira

efetiva seria na faixa dos subsídios creditícios, mas o Governo revelou claramente não ter coragem política para tanto ao não seguir a própria opinião dos seus técnicos a respeito no final de 1981.

Quanto ao aumento dos impostos, muito há por fazer, mas novamente é preciso uma legitimidade e uma coragem política que o Governo não possui.

É claro que existe uma campanha sistemática por parte das classes dominantes afirmando que a carga tributaria no Brasil é muito elevada. Não é verdade. Nossa carga tributaria é baixa de acordo com padrões internacionais. Ela só é pesada para as classes médias assalariadas, sobre as quais pesa principalmente o imposto de renda, e certamente sobre os trabalhadores, devido à importância dos impostos indiretos. Mas para os capitalistas, beneficiados inclusive por um semi-número de isenções e incentivos, ela é leve.

Falou-se muito no início deste Governo de tributar ganhos de capital e heranças, mas isto já colaborou para a queda de um ministro. E agora um competente assessor do Ministro do Planejamento, especializado em finanças públicas, acaba de se desligar porque declarou à imprensa que o Governo estudava a tributação de ganhos de capital

Sem dúvida não é a melhor hora para se falar em aumentar impostos quando estamos em plena recessão. A carga tributaria fica inclusive relativamente muito mais pesada nessas ocasiões, dada a queda da taxa de lucro. Mas não há dúvida que a necessária recuperação da economia deverá ser acompanhada de aumento de impostos aumento este que pesara muito menos dado o crescimento da taxa de lucros. Caso contrário jamais encontraremos a solução da crise fiscal, que está no centro da crise brasileira.(19/01)